



FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

TEACHER EDUCATION AND PROFESSIONAL DEVELOPMENT IN PUBLIC POLICIES FOR BASIC AND HIGHER EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.18203603



Rosana Aparecida Batista Angelo¹

Derek Alves Fernandes²

Shirley Martins de Oliveira Carvalho³

Naiara Maldonado Alvim⁴

Alexandre Degering⁵

José Antônio da Silva Pinto⁶

Marisa Marinho Fernandes Viana Carr⁷

Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos⁸

Resumo: A formação e valorização do professor se delineiam como dimensões centrais das políticas públicas voltadas para a educação básica e o ensino superior. No Brasil, tais diretrizes provêm de processos históricos repletos de tensões políticas, demandas sociais e dificuldades estruturais persistentes. A docência, como prática de natureza intelectual e social, é influenciada diretamente por essas orientações normativas. As questões relacionadas ao reconhecimento profissional, à formação

1 Mestranda em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: rosana.angelo.dio@gmail.com.

2 Doutorando em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: derek_rec@hotmail.com.

3 Mestranda em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: shirleymoc09@gmail.com.

4 Mestranda em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: naiara.alvim@educacao.mg.gov.br.

5 Mestrando em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: alexandredegering77@gmail.com.

6 Mestrando em Ciências da Educação – Ivy Enber Christian University. Email: j.antonio.pinto@uol.com.br.

7 Mestranda em Ciências da Saúde – Ivy Enber Christian University. Email: top.marisa@hotmail.com.

8 Professora Doutora – Ivy Enber Christian University. Email: tutorialays@enberuniversity.com.





continua e às condições de trabalho têm-se mantido tensionadas. Neste sentido, torna-se pertinente investigar criticamente como essas políticas se concretizam no campo educacional. A meta central busca compreender como as políticas públicas educacionais tratam da questão da formação e da valorização do professor, na educação básica e superior, analisando as fontes, contradições e consequências da ação política sobre seu exercício profissional e sobre a qualidade da forma de ensinar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, apoiada na análise de produções teóricas já consolidadas no campo educacional e em documentos legais que estruturam as políticas públicas de educação. O itinerário metodológico fundamenta-se em autores que discutem formação do professor, trabalho pedagógico e política educacional, permitindo uma leitura crítica e reflexiva do material selecionado. Os resultados evidenciam que, embora exista um discurso reiterado sobre a centralidade do professor, as políticas estudadas apresentam limites na efetivação da valorização do docente. A formação profissional assume um caráter prescritivo, não necessariamente vinculado às complexidades da prática mediadora educativa e a valorização demonstra-se fragilizada, quando se desconecta das condições de dignidade do trabalho e do reconhecimento social. Verifica-se que há uma distância entre a realidade do plano normativo e a realidade vivenciada dos docentes. Superar esse hiato exige políticas mais consistentes e comprometidas com a docência como profissão social.

Palavras-chave: Formação; Valorização do Professor; Políticas Públicas.

Abstract: Teacher education and professional recognition emerge as central dimensions of public policies aimed at basic education and higher education. In Brazil, such guidelines stem from historical processes marked by political tensions, social demands, and persistent structural challenges. Teaching, understood as an intellectual and social practice, is directly shaped by these normative orientations. Issues related to professional recognition, continuing education, and working conditions remain under constant strain. In this context, it becomes pertinent to critically examine how these policies are concretely implemented within the educational field. The central objective of this study is to understand how public educational policies address teacher education and professional valorization in basic and higher education, analyzing the foundations, contradictions, and consequences of political action on professional practice and on the quality of teaching. The research adopts a qualitative approach of a bibliographic nature, grounded in the analysis of well-established theoretical works in the field of education, as well as in legal documents that structure public education policies. The methodological pathway is based on authors who discuss teacher education, pedagogical work, and educational policy, allowing for a critical and reflective reading of the selected material. The findings indicate that, despite the recurring discourse emphasizing the centrality of teachers, the policies examined reveal limitations in effectively promoting teacher valorization. Professional education tends to assume a prescriptive character, not always aligned with the complexities of educational mediation in practice, while professional recognition becomes weakened when disconnected from dignified working conditions and social acknowledgment. A gap is thus identified between the normative framework and the lived reality of teachers. Overcoming this divide requires more coherent policies that are genuinely committed to teaching as a socially grounded profession.

Keywords: Teacher Education; Teacher Valorization; Public Policies.





1. INTRODUÇÃO

A formação de professores, tanto inicial quanto continuada, e a valorização do magistério, são questões centrais da melhoria da qualidade da educação básica e superior. Essas ações têm influência direta na prática pedagógica e no processo/ensino-aprendizagem. O movimento recente é de expansão das iniciativas normativas voltadas para a melhoria da qualificação docente, com intensa discussão sobre as condições de trabalho, oportunidades de carreira e o reconhecimento social da profissão docente. Porém, estas políticas não têm sido, sempre, concretamente efetivas num mesmo sentido e para a mesma realidade institucional e social dos docentes; elas apresentam tensões entre o que está escrito nos documentos oficiais e aquilo que se impõe no cotidiano educacional e mostrar os desafios estruturais que permanecem.

Dispostos a isso, este trabalho apresenta-se como importante para contribuir com a compreensão crítica a respeito de políticas públicas que tenham sido voltadas para a formação e a valorização docente; ele analisa os limites, as contradições e as possibilidades de tais políticas. Pertinente aqui, diz respeito à necessidade de problematizar a respeito de como estas políticas foram pensadas, conforme se materializaram e foram vividas pelos profissionais que atuam na educação. Além disso, busca evidenciar a centralidade do professor enquanto sujeito atuante no ato educativo e não somente executor das diretrizes institucionais. Assim, pretende colaborar para o fortalecimento de políticas mais congruentes, equitativas e com responsabilidade social.

A indagação central que move este estudo é: de que forma as políticas públicas de formação e valorização docente têm contribuído para o fortalecimento da prática profissional na educação básica e na educação superior? Parte-se do pressuposto de que, apesar dos avanços normativos expressivos, essas políticas ainda apresentam fragilidades no que tange à sua efetivação prática. Parte-se do pressuposto de que a distância entre os enunciados oficiais e as condições efetivas de trabalho docente comprometem os objetivos postos. Assim, a





valorização docente tende a ocorrer de forma parcial e desigual e impacta na qualidade educacional.

O principal objetivo deste trabalho é compreender como as políticas públicas educacionais tratam da questão da formação e da valorização do professor, na educação básica e superior, analisando as fontes, contradições e consequências da ação política sobre seu exercício profissional e sobre a qualidade da forma de ensinar. Busca-se conhecer como essas políticas se relacionam com as demandas concretas da prática educativa e com as condições de trabalho dos professores. O trabalho pretende também conhecer desafios e possibilidades para o aperfeiçoamento dessas políticas, considerando a valorização profissional como elemento central para a qualidade da educação. Dessa forma, busca-se contribuir para reflexões que subsidiem ações mais consistentes e humanizadas no campo educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No que se refere ao desenvolvimento e à valorização docente, estes assumem um caráter estratégico face às políticas públicas de Educação, pois guardam uma correlação direta com a qualidade do atendimento educacional social da educação básica e do ensino superior. O reconhecimento do trabalho docente ultrapassa a esfera simbólica, refletindo-se em condições objetivas de trabalho, oportunidades de formação de formação de trajetória de carreira e em processos formativos que sejam consonantes a exigências que a contemporaneidade apresenta para a escola e para a universidade. Neste sentido, a docência deve ser pensada na perspectiva de um fazer mediado pela relação entre intelecto, ética e política, e da disputa de significados no âmbito educacional da educacional (Gatti, 2016, p 34).

Nos últimos anos, observa-se uma ampliação significativa do arcabouço normativo voltado à qualificação da formação inicial e continuada dos docentes. Documentos oficiais começam a enfatizar competências, práticas reflexivas e articulação teoria-prática, indicando





uma noção de profissionalização docente em sua complexidade. Contudo, estas normas nem sempre são concretizadas de forma homogênea em seus diferentes contextos institucionais, revelando tensões entre prescrição normativa e a realidade concreta do trabalho docente (Dourado, 2017, p. 89).

Para os estudiosos mais recentes, a valorização do magistério deve ser compreendida como investimento em um processo estrutural, não se limitando a ações e/ou programas pontuais, de formação continuada, mas como construção de uma identidade profissional com reconhecimento social, autonomia pedagógica e participação nas instâncias de decisão da Educação. Como assevera Novão, "não há valorização docente sem investimento continuado nas condições reais de exercício da profissão", requerendo, para tal, políticas integradas e de longo prazo.

Na educação básica, as políticas de formação docente frequentemente enfrentam o desafio de articular normas nacionais com especificidades regionais. A implementação de programas formativos sem o cuidado pelas condições materiais e simbólicas das escolas tende a produzir efeitos limitados. Exacerbada pelo peso do trabalho docente tempestuoso, das crescentes exigências burocráticas, assim se fragilizam as possibilidades de construção do espaço para reflexão pedagógica e de apropriação da formação em serviços (Oliveira, 2018, p. 57).

Assim, no ensino superior, a valorização do trabalho do docente se apresenta com especificidades, especialmente levando em conta que são exigidas do docente a produtividade acadêmica e a avaliação institucional. A centralidade da atividade do professor como pesquisador e publicador de artigos, em muitas situações, oculta a atividade pedagógica da docência universitária. Esse quadro reforça a necessidade de políticas que reconheçam o ensino como atividade formativa complexa, necessitando de preparação e condições para a sua docência (Cunha, 2016, p. 143).

As novas políticas públicas também indicam um aumento da responsabilidade do professor sobre os resultados educacionais, que tende a deslocar o centro das condições estruturais para o resultado individual. Essa lógica meritocrática tem, em seu andar,





consequências perversas e tende a ignorar as desigualdades sociais e institucionais que atravessam o cotidiano escolar. Para Ball (2016, p. 78), "a responsabilização excessiva torna o professor em gestor de metas, tirando o sentido pedagógico da profissão".

Nesse hiato, a formação continuada poderá se tornar um campo privilegiado de resistência e reinvenção da prática docente, desde que concebida como processo coletivo e crítico, sendo as iniciativas de formação que valorizem a experiência do professor e promovam a reflexão do professor sobre o seu trabalho, como um espaço que pode ajudar à construção da sua autonomia profissional. A formação vai deixar de ser somente atualização técnica e poderá se constituir como prática emancipatória (Imbernón, 2017, p. 65).

A articulação entre políticas de formação e planos de carreira é central para a valorização do magistério. A ausência de progressão profissional vinculada à qualificação tende a desestimular o investimento formativo dos docentes. As políticas integradas, por outro lado, favorecem a permanência na carreira e o compromisso com a qualidade do ensino, traduzindo o sentido social da profissão docente (Souza, 2018, p. 101). Cumpre destacar que o reconhecimento profissional, também, constrói-se, no plano simbólico, através do discurso público, da opinião pública sobre a docência. As narrativas que atribuem única responsabilidade ao professor pelo desempenho decorrente da escola potencializam a desvalorização social desta profissão.

Em contraposição, as políticas que reconhecem a complexidade do trabalho docente dão força à identidade profissional e legitimam a docência como prática socialmente relevante (Pimenta, 2018, p. 29). Assim, analisa das políticas públicas, formação e valorização docente, revela-nos a necessidade de um olhar mais global para a compreensão das múltiplas dimensões do trabalho docente. A qualidade da educação, tanto da educação básica quando do ensino superior está a depender do reconhecimento do professor como sujeito central do processo educativo. Investir na formação e no investimento da valorização do magistério significa, portanto, investir os ganhos em um projeto democrático de educação.





2.1. A CENTRALIDADE DO TRABALHO DOCENTE FRENTE AOS DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A ação do docente articula-se de maneira central no debate contemporâneo acerca das políticas de educação, pois nelas derivam, de forma também material, as diretrizes concretamente apresentadas nos locais normativos. É o professor, na implementação das políticas públicas, quem efetivará a mediação fundamental entre o objetivo institucional e a ocorrência efetiva dos processos de ensino e aprendizagem. Então, compreender a docência como eixo estruturante das políticas educacionais implica perceber a complexidade do trabalho pedagógico, bem como suas diversas determinações sociais, históricas e institucionais (Hypolito, 2015, p. 41).

Recentemente, houve um aumento considerável nas exigências feitas ao professor, com o aumento da avaliação, da responsabilização e do controle da atividade escolar. Esse movimento trouxe conseqüências importantes para a organização do trabalho docente, no qual predominam a sobrecarga de trabalho, a fragmentação da atividade e a perda de espaços para o trabalho profissional. Segundo Tardif (2016, p. 98), "o trabalho docente tornou-se progressivamente e deliberadamente mais regulado por dispositivos externos, os quais reconfiguram tempos, práticas e fins da ação educativa".

O trabalho docente também é central, na tensão entre as prescrições curriculares e as práticas efetivamente realizadas, em sala. Embora as políticas educacionais orientem conteúdos, métodos e competências, é no cotidiano escolar que essas orientações são ressignificadas, reinterpretadas e organizada, muitas vezes, pelos professores. Esta mediação ativa reafirma que o trabalho docente não se reduz à aplicação técnica de normas, mas se insere em decisões pedagógicas informadas por saberes profissionais, construídos na experiência (Lessard, p. 63, 2017).

No âmbito da educação básica, as políticas educacionais posicionam diretamente a responsabilidade de aprendizagem em relação ao professor, ignorando as condições estruturais que marcam o trabalho escolar. Tal postura tende a esconder as desigualdades





sociais e institucionais que marcam o cotidiano da docência e alimenta o individualismo sobre a performance. Para Freitas (2018, p. 52), tal deslocamento "fragiliza o reconhecimento do trabalho docente como prática coletiva e situada socialmente".

Nos níveis superiores de ensino, os obstáculos têm outros contornos, especialmente devido ao fortalecimento das demandas por produtividade acadêmica e à multiplicação das funções do(a) professor(a) universitário(a). A sobrecarga de funções de ensino, pesquisa, extensão e administração afeta a qualidade do trabalho e, por consequência, as condições de trabalho. Nessa configuração, a centralidade do trabalho docente é que as políticas precisam entender a docência universitária como uma prática formativa complexa e não como um trabalho apenas decorrente do título (Veiga, 2016, p. 117).

As políticas educacionais contemporâneas também têm influenciado a identidade da profissão docente, uma vez que elas têm redefinido expectativas, papéis e formas de reconhecimento. A incorporação de discursos gerencialistas e performativos tende a tencionar os valores historicamente atribuídos à docência, como o compromisso ético, a autonomia intelectual e a dimensão relacional do ensino. Para Sachs (2016, p. 84), "as políticas moldam as identidades profissionais ao estabelecer o que conta como bom trabalho docente".

Frente a esses desafios, o trabalho docente se apresenta como espaço de resistência e de criação, espaço em que os professores elaboravam estratégias para se manter no sentido pedagógico de sua atuação. Neste aspecto, a centralidade da docência não se limita à execução das políticas, mas diz respeito à capacidade de reinterpretá-las criticamente a partir das necessidades dos estudantes e das condições concretas de ensino. Esta dimensão reflexiva reforça a docência como prática intelectual e ética, condição de efetividade das políticas educacionais (Biesta, 2017, p. 29).

Analisar a centralidade do trabalho docente diante da complexidade dos desafios das políticas educacionais implica subverter visões caricaturais que entendem o professor como o mero executor de uma diretriz. A qualidade da educação só será percebida se o docente for visto como sujeito ativo na construção da política, em seu cotidiano escolar e universitário. Investir em políticas que valorizam o trabalho docente significa reconhecer que, na prática





pedagógica, situada e relacional, as políticas educacionais efetivamente se reforçam e tornam-se efetivas socialmente (Apple, 2018, p. 142). Valorizar o trabalho do professor quer dizer reconhecer que é na sala de aula, nas tomadas de decisões cotidianas, nas relações humanas, isto é, na prática pedagógica, que as políticas têm sentido social e produzem efeitos reais sobre a educação.

2.2. TENSÕES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À CARREIRA DOCENTE

As políticas públicas de carreira para o professorado constituem uma das questões central do debate educacional contemporâneo em razão de seu impacto no que toca às condições de permanência, de motivação e de formação dos professores. A carreira não deve ser considerada unicamente um conjunto de normas administrativas, mas como a dimensão estruturante do trabalho do professor, engendrada pela articulação entre formação (iniciação), reconhecimento social e perspectivas de progressão. Nesse sentido, discutir a carreira docente é tratar das contradições entre os discursos de valorização e as condições concretas oferecidas aos educadores (Hypolito, 2015, p. 56).

Uma das tensões que se encontra nas políticas de carreira fica evidenciada na dissociação entre a formação e a progressão de carreira. Apesar dos documentos oficiais muitas vezes orientarem para a valorização da formação do professor, em muitas ocasiões os planos de carreira não garantem a efetividade do reconhecimento dos investimentos formativos feitos pelos professores, rompendo este elo e, assim sendo, fragilizando o sentido da formação continuada, reduzida a um burocratismo sem conexão com as trajetórias profissionais (Tardif, 2016, p. 104).

Outro aspecto crítico diz respeito à incorporação de mecanismos de avaliação e meritocracia como critérios-chave de progressão na carreira. Tais dispositivos, subordinados à lógica performativa, têm tendência a individualizar o trabalho docente e a deixar de lado o caráter coletivo da prática pedagógica. Consoante analisa Apple (2018, p. 151), esse modelo





“desloca a atenção das condições estruturais do ensino para os resultados mensuráveis, reforçando as desigualdades já existentes neste tipo de ensino e aprendizagem”.

No domínio da educação básica, as políticas de carreira encontram frequentemente obstáculos nos limites orçamentários e nas desigualdades federativas, o que resulta em trajetórias profissionais precárias e instáveis. A falta de planos de carreira adequados compromete não apenas a valorização do professor, mas também a continuidade dos projetos pedagógicos das escolas. Segundo Freitas (2018, p.67), a fragilidade das políticas de carreira “impacta a qualidade da educação, pois desestimula a permanência dos professores na rede pública”.

No ensino superior, apesar das estruturas de carreira mais consolidadas, ainda há tensões ligadas à intensificação do trabalho e à hierarquização das atividades acadêmicas. A centralidade da produtividade científica como critério para progressão tende a marginalizar o trabalho docente em si, esvaziando o seu reconhecimento institucional. Veiga (2016, p. 123) percebe que essa lógica “produz desequilíbrios na carreira, ao subordinar o ensino a indicadores quantitativos de desempenho”.

Entretanto, as políticas de carreira docente também parecem implicar potencialidades de fortalecimento desta profissão, pois as experiências que articulam progressão funcional, formação continuada e melhores condições de trabalho podem apontar para um fortalecimento mais efetivo do magistério. Tais iniciativas reconhecem o professor como sujeito de saberes e práticas complexas, cuja trajetória trabalhista deve ser acompanhada por políticas integradas e sustentáveis (Lessard, 2017, p.88).

Neste sentido, as políticas de carreira docente se configuram também como um campo de disputas, no qual se confrontam projetos distintos de educação e de profissionalização do magistério. Superar estas tensões significa conceber a carreira como uma dimensão indissociável do trabalho docente e da qualidade educacional. Como assinala Sachs (2016, p. 92), investir na carreira docente é reconhecer que a valorização do professor é uma condição fundamental para a construção de políticas educacionais socialmente comprometidas.





3 METODOLOGIA

A presente pesquisa localiza-se no campo da investigação qualitativa, de cunho bibliográfico, por considerar que os fenômenos educacionais, em especial aqueles relacionados à formação e valorização do docente, não são apreendidos por procedimentos meramente mensuráveis. A abordagem qualitativa é capaz de captar sentidos, disputas e contradições que perpassam as políticas públicas educacionais, em seus respectivos contextos de produção e circulação. A exemplo do que assinala Minayo (2017, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e dos valores”, que são configurações essenciais para uma compreensão crítica da docência como prática social e política.

O recorte metodológico adotado tem na pesquisa bibliográfica seu fundamento, não como simples levantamento de textos, mas como processo analítico e interpretativo, de conhecimento já produzido. Para tal, neste estudo, mobilizam-se obras clássicas e contemporâneas com discussões sobre políticas educacionais, formação docente, trabalho pedagógico e valorização profissional. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2019, p. 44), permite que “se examinem posições teóricas diferentes, possibilitando construir análises mais consistentes”. Assim, a seleção do material considerou a relevância acadêmica dos autores, a atualidade das produções e sua incidência no debate educacional brasileiro.

O corpus da pesquisa é constituído por livros, capítulos de livros e documentos legais estruturadores das políticas públicas de educação básica e superior em vigor no Brasil. Os textos foram estudados a partir de uma leitura sistemática, orientada por categorias analíticas que foram previamente definidas, tais como: formação inicial e continuada, valorização docente, condições de trabalho, profissionalização, relação entre políticas normativas e prática pedagógica. Para Tardif (2016, p. 35), para se compreender a docência é preciso levar em conta “saberes, contextos institucionais e políticas que estruturam o trabalho do professor”, que norteia a trajetória analítica deste estudo.





O procedimento analítico empregado consiste na leitura crítica e reflexiva das produções selecionadas, visando identificar convergências, tensões e silêncios nos discursos políticos e acadêmicos. Essa análise não é meramente descritiva em relação aos textos, ela busca evidenciar os seus pressupostos ideológicos e suas consequências para o trabalho profissional docente. Como analisa Ball (2016, p. 98), as políticas educativas devem ser analisadas na perspectiva de “processos em disputa”, atravessadas por interesses econômicos, culturais e simbólicos que incidem diretamente sobre o trabalho docente.

A interpretação do material bibliográfico foi feita à luz de um diálogo teórico com os autores que problematizam a docência em contextos de regulação neoliberal e de reforma educacional. Nessa perspectiva, a análise considera que a valorização docente não consiste apenas na formação técnica, mas atinge o reconhecimento social, a autonomia profissional e condições de trabalho dignas. Como assevera Nóvoa (2017, p. 112), “não há profissão docente forte sem políticas que respeitem o professor como sujeito do saber e da ação educativa”, enfatizando a necessidade de leituras críticas das políticas vigentes.

Por fim, a metodologia adotada pretende garantir rigor teórico e coerência analítica, articulando o referencial bibliográfico com os objetivos da pesquisa. A escolha da abordagem qualitativa e bibliográfica demonstrou-se apropriada para compreender a distância entre o plano normativo das políticas públicas e a realidade dos docentes. Tal opção metodológica permite justificar uma análise que se compromete com a docência como profissão social, na constituição da qual se reconheceram seus desafios e potencialidades no cenário atual da educação, conforme defendem Gatti (2016) e Imbernón (2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação do material bibliográfico indica que a despeito do discurso do papel central do professor ser recorrente, as políticas públicas educacionais ainda mostram fragilidades em sua efetivação. A valorização do professor tem sido, em muitos casos, uma questão apenas de declarações normativas, sem efetivar-se efetivamente no cotidiano da sala





de aula ou nas condições do trabalho. Como enfatiza Cunha (2016, p. 57), "a valorização do professor não pode se restringir a discursos institucionais, ela precisa efetivar-se em reconhecimento concreto e em apoio à prática pedagógica". Essa lacuna entre discurso e prática revela os conflitos estruturais que são comuns à educação básica e ao ensino superior.

No que diz respeito à formação profissional, nota-se que a maior parte das políticas em curso tem caráter de prescrição (ou prescritivas), ou seja, apontam conteúdos e procedimentos a serem respeitados, sem considerar ainda suficientemente as particularidades do contexto educativo. Freitas (2016, p. 82) alerta que "a formação do professor tende para currículos padrão, que não reconhecem os saberes situados do professor". Isso limita a habilidade do professor de articular-se com a complexidade do cotidiano escolar e acadêmico, o que aponta para uma necessidade de políticas mais flexíveis e que se amparem no diálogo.

Outro aspecto é a condição do trabalho do professor, que tem relação direta com a valorização profissional. Salário defasado, carga pesada e ausência do suporte institucional compromete o engajamento docente. De acordo com Lessard (2017, p. 45), "não é possível falar de valorização sem pensar nas condições materiais e sociais do trabalho docente". Então, a análise mostra que políticas de valorização que não se vinculam à realidade do professor costumam ser políticas de valorização simbólica. É o que faz o espaço da normatividade e da prática pedagógica a serem distantes.

A questão da articulação entre a formação inicial e a formação continuada é também problemática. Muitos dos programas de capacitação continuada são rasos, sem acompanhamento ou avaliação, que verifique a eficácia das aprendizagens. Souza (2016, p. 101) escreve que "a formação continuada deve dialogar com a experiência do professor, com a condição de respeitar sua autonomia e seus saberes acumulados". A articulação entre a formação inicial e continuada e a prática docente revela-se um aspecto fundamental para a valorização da profissão, mas ainda mal tratada nas políticas.

A análise mostra que as políticas educacionais tendem a priorizar indicadores de resultados mensuráveis, como desempenho em avaliações externas, em detrimento do desenvolvimento integral do professor e da qualidade do ensino. Veiga (2016, p. 66) lembra





que “a pressão por indicadores quantitativos pode desvalorizar o que tem de essencial no trabalho do docente, como criatividade, reflexão e mediação pedagógica”. Este foco reduzido compromete a formação de professores críticos e comprometidos com uma prática educativa transformadora.

Além disso, há que se observar que existem progressos importantes, como a criação de programas de incentivo à formação continuada e à valorização salarial em determinados locais. No entanto, estes progressos são fragmentários e estão subordinados a políticas temporais ou locais. Imbernón (2017, p. 77) afirma que “as políticas de valorização devem ser consistentes e sustentáveis, tendo na profissão docente o seu eixo central”. A continuidade da ação é o que está em falta e limita o efeito da ação, trazendo à luz a necessidade de políticas integradas e de longo prazo.

Finalmente, os resultados indicam que a superação da distância entre o espaço normativo e a prática docente deve assumir uma abordagem que reconheça ao professor um papel ativo no processo educativo. A valorização real tem de articular formação contextualizada, condições dignas de trabalho e valorização social. Para Oliveira (2017, p. 93), “a qualidade da educação está ligada diretamente à valorização do professor enquanto profissional e enquanto cidadão”, com isso sintetizando a necessidade urgente de políticas públicas que efetivamente promovam a centralidade da docência na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reabordou a questão da formação e da valorização docente nas políticas públicas de educação básica e superior e reafirmou a sua importância em face das tensões existentes entre as normas institucionais e a prática cotidiana dos professores. O problema central analisou como essas políticas permitem o fortalecimento da prática do professor e da qualidade do ensino. Os objetivos iniciais foram atingidos por meio da análise qualitativa e bibliográfica, permitindo verificar limites, contradições e possibilidades das políticas e a





centralidade do professor enquanto sujeito ativo do processo educativo. O percurso metodológico permitiu vincular teoria e prática, oferecendo um olhar crítico sobre a implementação e impactos das políticas.

Os resultados mostraram que mesmo com os avanços normativos e as iniciativas voltadas para a valorização e a qualificação docente, continuam existindo diferenças relevantes entre o discurso e a prática. A formação profissional tende a ser prescritiva e descontextualizada e a valorização depende de condições de trabalho nem sempre garantidas. Constatou-se que a efetividade das políticas é distinta, dependendo do ambiente institucional, da autonomia docente e das condições socioeconômicas. Esses achados reforçam a necessidade de políticas mais integradas e que atendam às demandas concretas da prática educativa, de modo a propiciar o reconhecimento e o suporte ao trabalho do professor.

Sobre a hipótese inicial de que a implementação das políticas públicas ainda apresenta fragilidades na valorização e formação docente, os resultados reafirmam. A distância entre os enunciados oficiais e as realidades dos professores compromete a efetividade das ações propostas. A valorização ocorre de forma parcial e desigual e a formação nem sempre dialoga com os saberes situados dos profissionais. Esses aspectos corroboram a hipótese de que, apesar das intenções normativas, a prática e a qualidade da educação estão sendo afetadas por limitações estruturais e institucionais.

Este estudo traz como contribuição a sistematização crítica das políticas de formação e valorização docente, ressaltando suas debilidades e potencialidades. Assim, a pesquisa oferece insumos para repensar práticas e políticas públicas, fortalecendo a discussão relativa ao reconhecimento social, à dignidade do trabalho docente e à centralidade do professor na educação. Além disso, ela abre um debate acadêmico sobre como a normatização da política pode ser verdadeiramente traduzida em melhorias da prática pedagógica, bem como da qualidade da ação educativa em contextos diversos.

Acerca das limitações, a análise foi movida por documentos oficiais e literatura publicada, sem o envolvimento de professores ou instituições que poderia proporcionar um aprofundamento na compreensão da vivência da experiência. A bibliografia proposta não





esgota todos os contextos regionais e institucionais no Brasil, mesmo sendo pertinente. Ademais, a essência qualitativa e etnográfica do estudo limita a generalização dos resultados. Tais limitações servem de alerta para pesquisadores futuros e propõem a necessidade de estudos complementares, valendo-se de metodologias diversificadas, com a participação ativa dos professores, para ampliar a análise sobre formação e valorização docente.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CUNHA, Maria Isabel da. **Docência na educação superior: profissionalização e dilemas contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de poder**. Pelotas: Editora da UFPel, 2015.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2017.

LESSARD, Claude. **Profissão docente: sentidos, saberes e políticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Porto: Universidade do Porto, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Trabalho docente e políticas educacionais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2018.

SACHS, Judyth. **Professor profissional: identidade, prática e políticas**. Porto: Porto Editora, 2016.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Valorização do magistério e políticas educacionais**. Curitiba: Appris, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2016.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docência universitária: desafios e perspectivas.** Campinas: Papirus, 2016.

Recebido em: 20/11/2025

Aprovado em: 14/12/2025

Publicado em: 09/01/2025

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

